

Experiências e Trajetórias de Jovens: ações coletivas nos anos 2010

Luís Antonio Groppo¹

¹Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas/MG – Brasil

RESUMO – Experiências e Trajetórias de Jovens: ações coletivas nos anos 2010. Tendo como tema as experiências e expectativas políticas de jovens que, nos anos 2010, no Brasil, atuaram em ações coletivas, analisam-se os resultados de três pesquisas recentes no campo da Sociologia da Educação. Analisam-se também as trajetórias políticas de tais jovens, construindo dois modelos de trajetória, com o apoio dos repertórios de contestação autonomista e socialista como categorias de análise. Na metodologia, destacaram-se entrevistas com jovens militantes e ativistas. Entre os resultados, temos: a preferência pelo formato de coletivos e de elementos do repertório autonomista; a importância das políticas identitárias; as dificuldades de tais jovens e suas organizações nos anos mais recentes.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Coletivos Juvenis. Ocupações Estudantis. Jornadas de 2013. Trajetórias.

ABSTRACT – Experiences and Trajectories of Young People: collective actions in the 2010s. The theme of this study is the political experiences and expectations of young people who participated in collective actions in Brazil in the 2010s. The results of three recent studies in the field of Sociology of Education are analyzed. The political trajectories of these young people are also analyzed, constructing two trajectory models, with the support of the autonomist and socialist contestation repertoires as categories of analysis. The methodology used interviews with young activists and militants. The results include: a preference for the collective format and elements of the autonomist repertoire; the importance of identity politics; and the difficulties faced by these young people and their organizations in recent years.

Keywords: Student Movement. Youth Collectives. Student Occupations. 2013 Journeys. Trajectories.

Introdução

O artigo tem como tema as experiências, expectativas e trajetórias políticas de jovens que, nos anos 2010 no Brasil, atuaram em organizações e ações coletivas de caráter progressista. O artigo analisa os resultados de três pesquisas recentes coordenadas pelo autor, as quais trataram de experiências de jovens em organizações e ações coletivas nas seguintes situações: Jornadas de 2013; Ocupações secundaristas de 2015 e 2016; e coletivos juvenis de uma universidade pública no Sul de Minas Gerais entre 2016 e 2019. As três pesquisas em questão são:

1) “A dimensão educativa das organizações juvenis: Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública de Minas Gerais”: realizada entre março de 2016 e fevereiro de 2019 (Gropppo et al., 2020);

2) “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: Formação e auto-formação das/dos ocupas como sujeitos políticos”: realizada entre março de 2019 e fevereiro de 2022 (Gropppo; Sallas; Sofiati, 2022);

3) “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”: em andamento (iniciada em março de 2022) (Gropppo, 2023)¹.

Essas pesquisas abordam a Educação em seu sentido mais amplo, considerando, além das instituições de tipo escolar e o seu ensino, as práticas formativas proporcionadas pelas experiências em ações coletivas e organizações políticas, destacando-se a formação política e as influências nas trajetórias educacionais, políticas e profissionais de jovens. Este artigo registra e analisa experiências, expectativas e trajetórias de pessoas de uma geração que viveu sua juventude entre 2013 e 2019, parte delas deixando de ser jovem em algum momento durante esses anos, parte delas se aproximando mais e mais da “adulterez” e dos desafios próprios desse ciclo da vida. Portanto, este texto trata de um grupo de pessoas que investigamos, que foi jovem ao menos entre os anos de 2013 e 2019, na condição de estudantes ativistas e militantes de organizações estudantis ou participantes de ações coletivas juvenis, do campo progressista, em especial no que identificamos como esquerda, ou seja, partidos, movimentos e outras organizações que se pautam pela busca de transformações sociais que aspiram ampliar a igualdade entre as pessoas (Bobbio, 2001).

As questões que este artigo deseja responder assim se formulam: O que jovens ativistas e militantes das Jornadas de 2013 e dos coletivos juvenis atuantes em uma universidade pública no Sul de Minas Gerais entre 2016 e 2019, bem como adolescentes atuantes nas ocupações secundaristas de 2015 e 2016 experienciaram nestas organizações e ações coletivas? Quais expectativas possuíam? O que estas experiências e expectativas podem dizer sobre as trajetórias políticas de uma geração juvenil no Brasil e suas diferentes unidades geracionais?²

Estas pesquisas tiveram como metodologia de produção de dados, em comum, a revisão bibliográfica e as entrevistas semiestruturadas com jovens ativistas e militantes, ou no caso das Jornadas, entrevistas com pessoas que eram jovens em 2013. Foram feitas 23 entrevistas com jovens dos coletivos juvenis da universidade sul mineira; 80 entrevistas com jovens que ocuparam suas escolas em 2015 e 2016, em dez diferentes estados do país; e 37 entrevistas com ativistas e militantes nas Jornadas de 2013. A pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis” contou ainda com a observação participante de seis coletivos juvenis.

Repertórios de Contestação

A categoria de repertórios de contestação se constitui como interessante elemento para a análise das expectativas desta geração ativista e militante dos anos 2010, bem como para interpretar suas trajetórias políticas. Charles Tilly (2012) foi quem cunhou o termo *repertórios de contestação*, no interior da Teoria dos Processos Políticos. Segundo Alonso (2012), a categoria repertórios de contestação, em sua origem, era estruturalista. Com o tempo, entretanto, Tilly a reinterpretou de modo mais interacionista, com a intenção de que a categoria permitisse entender como se dão as experiências e as relações entre as pessoas em situação de contendas políticas.

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. (Tilly apud Alonso, 2012, p. 26).

Cada repertório é como uma caixa de ferramentas que pessoas e organizações manejam nas ações coletivas. O repertório possui coerência interna, na figura de formas de organização, táticas de ação e concepções políticas, Alonso e Mische (2017) identificaram três principais repertórios de contestação presentes nas Jornadas de 2013, com o objetivo de dar mais sentido à enorme complexidade deste ciclo de protestos: repertórios autonomista, socialista e patriota.

O autonomismo, originado do encontro entre socialismo e anarquismo nos anos 1970, se reconstitui no movimento antiglobalização, na virada do século anterior ao atual. O autonomismo retoma a atitude anarquista típica de rejeição à liderança e à autoridade centralizada, e adota como valores e táticas a horizontalidade, o assembleísmo, a democracia direta, o consenso, a ação direta e a ação prefigurativa. A ação prefigurativa anuncia que, tão importante quanto o resultado da ação, é a sua forma, a sua condução: não cabe à ação coletiva negar, em nome dos objetivos da ação, a sociedade ou as relações sociais que se desejam construir em favor da estratégia; antes, a própria ação anuncia que tipo de sociedade se deseja construir como decorrência dela.

O socialismo é outro repertório de contestação oriundo do campo progressista que atuou nas Jornadas. Esteve presente em 2013, em especial, na forma de partidos de esquerda que criticavam o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Campo Popular liderado pelo próprio PT. Em alguns casos, até mesmo juventudes de tendências mais francamente socialistas do próprio PT atuaram nas Jornadas. O repertório socialista considera como fundamentais a organização e a disciplina de militantes orgânicas e orgânicos, em muitos casos por meio da adoção do centralismo democrático de inspiração leninista. Esse repertório valoriza a ação estratégica e a interpretação do “sentido da história”, vindo a se considerar como uma espécie de orientador das lutas das classes trabalhadoras rumo à revolução socialista.

Quanto ao terceiro repertório, o patriota, ele praticamente não está presente entre jovens que entrevistamos em nossas pesquisas. Mas é relevante, por ter conseguido ganhar relativa hegemonia em dado momento das Jornadas de 2013, nas mega-manifestações de junho. O repertório patriota faz uso de valores como povo e pátria para pregar a unidade e a grandeza da nação, assim como signos como a bandeira e o hino nacionais. O patriotismo das Jornadas fez uso de um nacionalismo cada vez mais conservador, associado a pautas moralizadoras contra a corrupção e a crítica liberal ao suposto gigantismo do Estado.

Coletivos Juvenis

Parto de uma constatação bastante compartilhada entre quem pesquisa o tema da participação política juvenil. Ela está presente no artigo de Olivia Perez (2019). A constatação é a de que, desde as ocupações de reitorias em 2008, com mais ênfase a partir de 2013, os novos movimentos juvenis e estudantis criticam “partidos políticos e organizações tradicionais pela presença de hierarquias e ineficiência” (Perez, 2019, p. 577) defendendo, em contrapartida, a forma de organização em coletivos.

Os valores e práticas associados ao formato de coletivos são bastante caros ao repertório autonomista, como autonomia, horizontalidade, ausência de lideranças formais, ação direta, ação pré-figurativa, adesão pessoal e fluidez (Perez, 2019). Entre esses valores, a fluidez é a que parece ser mais ambígua: para quem critica a fluidez, ela é considerada como uma inconsistência ou fragilidade nas formas de adesão; para quem a elogia, trata-se de uma adesão que respeita a liberdade individual, considera melhor os interesses dos sujeitos e permite mais flexibilidade de organização.

Chama a atenção a crítica dos coletivos à ineficiência das organizações políticas tradicionais, tidas como incapazes de transformar a realidade social. Consideremos a ação pré-figurativa, ou seja, o valor de que a ação nunca deve ser apenas estratégica, mas também revelar o tipo de sociedade ou de relações sociais que se deseja disseminar. Fora do campo autonomista, a pré-figuração tende a ser julgada como outra das fragilidades ou ineficiências dos coletivos e movimentos autonomistas. Entretanto, desde logo, analistas com mais proximidade

do campo autonomista, como Pablo Ortellado (2013), insistiram na enorme eficiência do Movimento Passe-Livre São Paulo (MPL-SP) nas Jornadas de 2013, quando a tática das manifestações e trancamentos de avenidas foram capazes de alcançar o objetivo único de revogar o aumento das tarifas do transporte público (vitória repetida em centenas de outros municípios naquele ano). Para o autonomismo, a ineficiência dos partidos e organizações tradicionais têm como causas o seu burocratismo e inércia, já que coabitam com o sistema político e econômico vigentes, buscando alcançar assim objetivos das organizações, que são mais internos, voltados à conquista de posições e postos nas instituições políticas, ao invés da transformação social, afastando-se da própria essência da atuação da esquerda, segundo Bobbio (2001), que é a luta por mais igualdade na sociedade.

Jovens e estudantes que aderem às ações coletivas progressistas a partir de 2013 são cada vez mais atraídos por elementos do repertório autonomista, os quais são trazidos para os coletivos formados nas universidades públicas que pesquisei no Sul de Minas, entre 2016 e 2019. O mesmo fenômeno foi constatado por Olivia Perez na universidade pública que pesquisou em Teresina/PI, em 2018 e 2019. As diversas pesquisas analisadas por Sposito, Almeida e Corrochano (2020) chegam a resultados semelhantes, como sintetiza esta conclusão:

As análises das modalidades de lutas protagonizadas por estudantes no espaço da universidade já começam a tornar mais visíveis esses novos formatos, como os coletivos, que podem dialogar com as representações estudantis tradicionais, mas não se confundem com elas, emergindo, em muitos casos, a partir da percepção dos limites dessas últimas (Sposito; Almeida; Corrochano, 2020, p. 6).

Esta preferência pelos coletivos e a atração por elementos do repertório autonomista parecem indicar a formação de uma nova subjetividade ativista, presente inclusive nos núcleos universitários das entidades estudantis tradicionais e juventudes partidárias. Flávia Ginzler (2024), baseada em Breno Bringel, contesta a tese de que o valor individual da adesão aos coletivos, ou o significado pessoal que a inserção em organizações deve ter para jovens, guarda necessário vínculo com o individualismo neoliberal. A expressão da individualidade nos coletivos pode ser, antes, a manifestação de uma nova subjetividade ativista:

Outro exemplo é a tendência à crescente individualização da sociedade, algo que, em geral, tem sido mal interpretado pelas esquerdas porque tem sido associado quase exclusivamente ao individualismo, à racionalidade neoliberal e aos processos de diferenciação social. Essa é, sem dúvida, uma face da moeda. Mas a outra é como essa tendência à individualização também deve ser interpretada [...] a partir de uma reconfiguração das subjetividades emancipadoras. Isso se expressa, entre outros aspectos, na necessidade de um maior compromisso pessoal por parte de sujeitos críticos (que reivindicam para si mesmos uma maior coerência individual entre prática cotidiana e discursos); ou na crescente personalização – que também não implica necessariamente personalismo, embora possa levar a isso – das lutas e

uma maior reivindicação do papel dos indivíduos e suas "marcas" (biográficas, de classe, de gênero, de experiências...) dentro das coletividades. Como consequência, emerge uma crescente valorização das singularidades que pode ter implicações muito diversas que não são apenas o 'elogio do eu', mas também uma maior densificação e corporeização da trama coletiva/comunitária, além de uma renovação da crítica sobre a liberdade e o poder (Ginzel, 2024, p. 31-32).

Podemos inferir que a atração da unidade de geração juvenil progressista ao repertório autonomista expressa anseios de uma relevante parcela da juventude, já que permite experiências políticas mais próximas de seus interesses e demandas. Entre esses anseios, a valorização das assim chamadas políticas identitárias, que, na visão de tais jovens, em especial de mulheres, negras e negros e LGBTQIAPN+, são, antes, políticas da existência – tema abordado adiante.

Perez (2019) apresenta também a tensão entre hierarquia e horizontalidade nos coletivos atuantes nas universidades, algo que também encontrei em pesquisa no Sul de Minas. A maioria desses coletivos são, antes, núcleos locais de juventudes de partidos ou tendências partidárias socialistas (em geral, de fora do Campo Popular, mas por vezes também desse próprio campo, como o PT e o Levante Popular da Juventude [LPJ]). A horizontalidade é mais efetiva no nível local, nas decisões que cabem a ativistas dentro de sua universidade. A hierarquia se revela nas relações com as direções regionais, estaduais e nacionais dessas juventudes e tendências partidárias. Há tendências que adotam ideologias socialistas bem próximas do chamado centralismo democrático, advindas do leninismo e presentes no trotskismo e maoísmo, como o Juntos! e o LPJ; mas, na práxis de seus núcleos locais, que inclusive se autodenominam como coletivos na pesquisa de Olívia Perez, esta ideologia socialista tem de conviver com elementos do repertório autonomista, fazendo funcionar o dia a dia destas organizações de modo assembleísta, participativo e repletas de temáticas ditas identitárias.

Há dois anos, eu falaria que as relações dentro do coletivo eram horizontais, que a gente conseguia resolver as coisas democraticamente, mas, inquestionavelmente, tem políticas que são colocadas. [...] A gente discutia política, mas às vezes eu tenho a sensação de que a gente discutia política sobre o viés do que estava colocado para a gente discutir. Então, muitas das coisas eram completamente democráticas, no sentido das nossas escolhas de ação. Isso a gente conseguia colocar de uma forma muito coletiva. Mas, a centralidade das políticas colocadas, a gente nunca escolheu de forma democrática. E eu me arrisco a dizer que nenhum coletivo escolhe de forma democrática políticas para tocar. (Irma, ex- integrante do Juntos!, entrevista, 2017 apud Groppo et al., 2020, p. 128-9).

Perez (2019) também descreve a tensão entre partidarismo e apartidarismo, mesmo nos coletivos ligados às juventudes partidárias. Observei em minha pesquisa no Sul de Minas esta tensão em grupos ligados ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e ao LPJ, formados por uma parte relevante de estudantes sem filiação partidária e, até mesmo, sem interesse nesta filiação. O coletivo não era o início de

uma carreira militante para uma fração importante delas e deles e as tensões com diretivas partidárias fizeram, inclusive, que diversas pessoas decidissem se desengajar do grupo. A decisão de uma liderança de fazer seu coletivo cabo eleitoral para sua campanha municipal, frassada, levou à dispersão do próprio coletivo.

Perez (2019) também argumenta que a forma coletivo não é novidade como tipo de organização. A novidade é o seu recente crescimento e a preferência por jovens que desejam se organizar ou atuar politicamente. Pessoas que Perez (2019) entrevistou afirmam explicitamente, em sua maioria, que esta escolha é decorrência das Jornadas de 2013.

A pesquisa que temos realizado sobre as Jornadas de 2013 também reforça outro achado de Perez (2019), a saber, que o ciclo de protestos de 2013, em sua face progressista, que se estende ao menos até as ocupações estudantis de 2016, foi importante fonte de novos membros para os partidos de esquerda. É fato que 2013 foi um momento de subjetivação política muito relevante, trazendo algum alento às próprias organizações partidárias tradicionais de esquerda, mesmo àquelas que foram criticadas pelas Jornadas. Até mesmo juventudes partidárias ligadas ao Campo Popular foram beneficiadas. Entrevistamos militantes e ex-militantes da União da Juventude Socialista (UJS) e do PCdoB que referendam isso, apesar do Campo Popular negar sistematicamente as Jornadas e, desta forma, negar o legado que o favoreceu.

Essa renovação, ou, pelo menos, esse respiro das organizações ligadas aos partidos progressistas, por meio de novas adesões juvenis, também se deu nas táticas e nas pautas, algo explícito nos coletivos universitários que Perez (2019) e eu pesquisamos, ela em Teresina, eu no Sul de Minas Gerais. Tratamos das formas de organização e atuação. Agora, trataremos das pautas, em que avultam as assim chamadas políticas de identidade.

Políticas de Existência

Nas universidades públicas, as políticas de cotas fazem parte de um conjunto mais amplo de processos sociais de reconhecimento das identidades relacionadas a gênero, raça e orientação afetiva/sexual. O que temos chamado, diversas vezes, de políticas de identidade, tende a ser visto por esses sujeitos que chegam às universidades públicas e aos seus movimentos, antes, como políticas de existência. Elas e eles não necessariamente fazem uso deste termo – políticas de existência -, entretanto, efetivamente apresentam, em ações e discursos, pautas que não são apenas as do reconhecimento, mas também as da sobrevivência. Isso é especial no movimento negro, que ganhou renovado fôlego depois de 2013.

A ideia do movimento negro era demarcar que a violência policial experimentada em Junho e escancarada nos grandes centros paulistanos já era, em grande medida, vivida no cotidiano das periferias das cidades. Isso não fez com que o movimento negro se retirasse do processo político de Junho de 2013; pelo contrá-

rio, tornou o momento também uma forma de denúncia das violências sofridas, especialmente aquelas causadas pelo aparato repressivo do Estado – daí a luta por Amarildo e por Rafael Braga. Esse, a meu ver, é o maior legado de Junho para o movimento negro e do movimento negro para Junho (Nunes, 2023, p. 43).

O fortalecimento do movimento negro, a partir de 2013, ficou patente, em nossa pesquisa, nas entrevistas com ativistas e militantes negras e negros das Jornadas que se tornaram parlamentares, nas Câmaras Municipais de Fortaleza e Porto Alegre e na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Outras e outros, como a sobrinha do Amarildo, no Rio de Janeiro, praticam explicitamente uma “militância pela vida”; sua formação política advém de um “sofrimento carnal”.³ No movimento das ocupações, em 2015 e 2016, entretanto, a consciência sobre a presença de jovens negras e negros, bem como a especificidade de suas pautas no contexto maior das lutas em defesa do direito à educação, marcaram importante presença.

Eu me descobri enquanto ser, me descobri encontro preto, pobre, viado, enquanto uma pessoa fudida na sociedade, fora de qualquer padrão pedido. E, através disso, eu vi que eu sou invisível não só para o Estado, mas para qualquer pessoa. Eu só existo quando eu incomodo e, a partir daquele momento, eu comecei a incomodar porque eu comecei a falar que eu existo. Então, foi nas ocupações que eu comecei a me construir, e foi nas ocupações que eu descobri: “Eu sou o Have!”. E, a partir desse momento, a cada dia da minha vida eu vou ter que me afirmar como Have, e se eu não fizer, eu não vou viver e nem sobreviver, eu vou morrer. Não é o que eu quero. (Have, ocupação secundarista, Minas Gerais, entrevista, 2019 apud Groppo; Silva, 2022a, p. 121).

Quanto às lutas feministas e às questões de gênero, dentro dos coletivos universitários que pesquisei, o feminismo tornou-se temática central e motivação para o ativismo de muitas mulheres. Os núcleos de juventudes partidárias precisaram se abrir a essas pautas – e não apenas à adesão de mulheres – para se manter. Observei, na universidade, as mulheres de diferentes coletivos rivais da esquerda se unirem em ações relacionadas ao feminismo: na Primavera Feminista, em 2015, contra o projeto de Eduardo Cunha que dificultava o aborto em casos previstos por lei; e em atividades na Semana da Mulher. Sobre o movimento das ocupações, é possível dizer que foi tanto um movimento feminista secundarista quanto um movimento em defesa dos direitos educacionais, o que se comprova pela presença majoritária de meninas na base e na liderança das ocupações, na importância das pautas relacionadas ao feminismo e nas temáticas de gênero, que prevaleciam nas atividades formativas nas escolas ocupadas.

Eu acho que um ponto central para feminismo são essas experiências que nós mulheres passamos. São essas experiências que a gente passa na vida que fazem com que a gente perceba que as coisas não estão certas, que não é algo normal, isso não pode acontecer. [...] Eu tive a experiência de um estupro...[...]. Eu não sabia que eu não era culpada daquilo, claro que eu me sentia culpada. [...] E depois eu fui perceber que não era só comigo que isso acontecia, participando de um espaço auto-organizado, só

de mulheres, em que a gente falou sobre essas coisas. Eu percebi que todas as meninas ali tinham passado por uma situação igual, ou por uma situação pior, ou por uma situação semelhante e eu falei: 'Eu não estou sozinha!' (Laís, LPJ, entrevista, 2018 apud Groppo et al., 2020, p. 123-124).

[...] a ocupação em si, me proporcionou ter contato com o feminismo, foram os primeiros momentos que eu percebi que mulheres podem liderar. Mas depois da ocupação, com o movimento estudantil, eu tive contato com sexualidades e identidades de gênero diversas, que na minha experiência anterior eu nem sabia que existiam. Não sabia que existia essa possibilidade assim e foi no movimento estudantil, e com as pessoas que fazem parte, que eu também descobri minha sexualidade, que hoje em dia eu me considero bissexual, na época me considerava hétero, é isso (Movimento, mulher, bissexual, Chapecó-SC, apud Nubo; Simões, 2022, p. 351).

Se o relato de Movimento traz que a experiência de um movimento estudantil permitiu que ela repensasse a sua identidade de gênero, outros relatos apresentaram influências semelhantes de tal experiência em relação à orientação sexual e afetiva, bem como ao movimento LGBTQIAPN+. Verificamos que, das 80 pessoas entrevistadas em 10 estados, que ocuparam escolas em 2015 e 2016, 46 se declararam gays, lésbicas e bissexuais. A percepção é a de que, hoje, existe a prevalência de militantes dos coletivos universitários da esquerda com orientação distinta da heteroafetividade. Nos núcleos locais das universidades, há uma espécie de colonização dos coletivos das juventudes partidárias, por sujeitos e pautas que, por vezes, militantes mais tradicionais das esquerdas pejorativamente chamam de políticas identitárias.

Em uma roda de conversa, você acaba dialogando sobre a questão do machismo, do feminismo, a questão do racismo, da homofobia, porém você acaba não praticando isso. E aí, quando foi na ocupação, nós vimos a diversidade, e nessa diversidade nós tivemos que trabalhar juntos. Lá tinha mulheres, lá tinha negros, lá tinha LGBT [Lésbicas, Gays, Transsexuais e Transgêneros] e todo esse grupo trabalhava junto. Então a gente errava e aprendia junto, e eles acabavam nos ensinando na prática. (Gabriel, ocupação secundarista, Pará, 2019 apud Groppo; Silva, 2022a, p. 131).

Eu acho que até seria contraditório eu me interessar pela política antes das ocupações, porque eu acho que a minha condição como pessoa, tanto na questão social como na questão pessoal de orientação sexual, eu acho que [...] não caberia a mim não gostar de política e não me envolver em política. Porque eu acho que tem de estar dentro das pessoas que sofrem preconceito, dentro das minorias, lutarem pelos seus direitos. Se eu não lutasse, seria como se eu não quisesse existir. (Kamilo, ocupação secundarista, Chapecó/SC, 2019 apud Groppo; Silva, 2022a, p. 111).

Do ponto de vista de tais jovens mulheres, negras e negros e LGBTQIAPN+, trata-se de políticas existenciais. A vida digna para esses grupos, e a própria sobrevivência física, depende bem mais do que de políticas econômicas redistributivas – sem desconsiderar os efeitos

muito positivos que elas tiveram, com impactos para além da redução das desigualdades propriamente econômicas.

Esvaziamento de Coletivos e Solidão Política⁴

Trago para a discussão duas constatações menos positivas. De um lado, o esvaziamento dos coletivos da universidade que pesquisei; de outro, certa solidão política de parte importante de secundaristas vindas e vindos dos meios populares.

Primeiro, as pesquisas demonstraram a fragilidade da vida coletiva estudantil em uma universidade de pequeno porte em uma região interiorana do país. Mesmo a latência após a desmobilização geral dos coletivos a partir de 2017 foi pequena, pouco sobrou para recomençar a história dos coletivos estudantis desde então. Universidades de maior porte, e capitais com vida política mais rica, oferecem mais possibilidades de manter coletivos ativos, mesmo em períodos de descenso das ações coletivas.

Algumas organizações, meio que desapareceram nesses processos de atuação dentro da universidade. Hoje eu vejo ainda o Quilombo [...] como única organização que ainda mantém uma agenda de organização, de reuniões, que está crescendo. [...] A gente vê, não uma derrocada, mas a gente vê um pouco de sumiço dessas outras organizações, muito por esse cansaço. (Manuela, ex-Quilombo, entrevista, 2018, apud Groppo et al., 2020, p. 145).

Segundo, as pesquisas demonstraram as dificuldades de um grupo relativamente grande de adolescentes e jovens de permanecer no ativismo e na militância após 2016, em especial de grupos mais populares – e a maior parte de quem entrevistamos fazia parte desses grupos. Essas dificuldades se explicam, primeiro, por serem inerentes à condição socioeconômica e exigências da adultez, que foram reduzindo o tempo e as oportunidades de atuação política. Também se explicam pela retração do cenário de oportunidades políticas para organizações e ações coletivas da esquerda, afetando não apenas o Campo Popular, mas também as organizações socialistas foram desse campo e, principalmente, os coletivos autonomistas. Finalmente, foi observado que a tendência das organizações que restaram, justamente os partidos e instituições de tipo mais tradicional, foi a de investir em novas e novos militantes que possuíam mais capital político, cultural e econômico prévio. Um enorme contingente de jovens populares foi colocado em certa solidão organizacional, ainda que tenha permanecido como força social latente que se tornaria importante em ações coletivas como o *Ele Não!*, em 2018, e na própria vitória do candidato progressista, Lula, em 2022.

A militância é uma consequência, ela é uma parte extremamente importante da minha vida, não vivo sem, mas... não é ela que paga as minhas contas, não é ela que põe comida na mesa da minha casa, da minha república. (Luana, integrante do ex-Quilombo, entrevista, 2018, apud Groppo et al., 2020, p. 60).

Depois da ocupação, a gente não quis fazer nada, por causas das ameaças. [...] Eu e a Maria, que fomos as lideranças para quem

sempre teve muitos olhos e ameaças; a gente quis recuar. [...] Se a gente quer mudança, a gente vai conseguir só ao longo do tempo, porque não foi do nada que a gente conseguiu o que a gente tem hoje. Não vai dar não, a gente vai conseguir mais aos poucos. Eu trabalho isso no meu serviço, na minha vida, com a minha irmã, com a minha família, e passo para as pessoas [...] esse movimento de querer mudar, de querer evoluir, melhorar para o nosso país (Carolina de Jesus, entrevista, Poços de Caldas/MG, 2019 apud Grosso; Oliveira, 2021, p. 5).

As pesquisas sobre os coletivos juvenis na universidade e as ocupações secundaristas tendem a trazer análises mais pessimistas sobre a continuidade da atuação política desta geração ativista e militante. Os relatos acima indicaram que, para número considerável das pessoas que entrevistamos, o período após a mobilização e a ação coletiva foi marcado pelo esvaziamento de coletivos na universidade sul-mineira e a solidão política de adolescentes que haviam ocupado suas escolas. Entretanto, as entrevistas realizadas com pessoas que, em 2013, eram jovens ativistas e militantes, têm trazido facetas mais positivas, sem deixar de apresentar as dificuldades mencionadas acima. O próximo item busca explorar melhor tais aspectos, tratando das trajetórias políticas.

Trajetórias Políticas

Neste item, esboço dois modelos de trajetórias políticas percorridas por jovens atuantes em ações coletivas e organizações progressistas nos anos 2010. Esses modelos foram construídos a partir das análises das 37 entrevistas com ativistas e militantes para a pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”. Essas entrevistas foram feitas entre julho de 2023 e março de 2024, em seis estados, com pessoas que, nas Jornadas de 2013, eram jovens estudantes e atuantes em coletivos que organizaram as primeiras manifestações, ainda de caráter francamente progressista, em geral com a pauta de revogação do aumento das tarifas dos transportes públicos em grandes cidades.

Os modelos de trajetória política guardam íntima relação com os dois repertórios de contestação que predominaram na fase inicial e progressista das Jornadas – o autonomista e o socialista (Alonso; Mische, 2017). Duas entrevistas em especial orientam a construção desses modelos. Elas foram realizadas em Goiânia/GO, em março de 2024: a de Carlos, estudante de Jornalismo em 2013, ativista anarquista e referência na Frente de Lutas contra o Aumento das Tarifas; e a de Honestino, que em 2013 era estudante secundarista e vice-presidente da União Goiana dos Estudantes Secundaristas, militante socialista.

As próprias narrativas sobre 2013 em Goiânia, por Carlos e Honestino, divergem em alguns momentos. A Frente de Lutas contra o Aumento e o Tarifa Zero de Goiânia não são citados nominalmente por Honestino, militante da UJS em 2013 e, logo, também do PCdoB. Honestino destaca as entidades estudantis tradicionais como protagonistas de 2013. Por sua vez, Carlos destaca o quanto o rechaço à atuação tradicional dessas entidades estudantis, na órbita da UJS e do PCdoB, tornou possível a formação da própria Frente de Lutas, uma

aliança entre estudantes de orientações políticas diversas da Universidade Federal de Goiás (UFG): independentes, anarquistas e socialistas críticos ao Campo Popular (Campo ao qual pertencia o PCdoB).

Honestino e Carlos convergem, entretanto, quando narram o momento em que as manifestações se agigantaram em Goiânia, a partir de 20 de junho, estimuladas pela grande mídia, com pautas difusas, mas que foram confluindo para uma crítica moralista à corrupção, adotando mais e mais o repertório patriota. Se Carlos compreende este momento como o da tentativa de forças conservadoras se assenhorearem das Jornadas, Honestino considera que se expressava ali uma das faces de 2013, aquela que viria a desembocar no lava-jatismo, no impeachment de Dilma e na eleição de um presidente de extrema-direita.

Carlos tem 29 anos, é branco e solteiro. Formou-se em Jornalismo pela UFG, profissão na qual atuou algumas vezes nos últimos anos. Atualmente, entretanto, é proprietário de um bar no centro de Goiânia. Veio, nas suas palavras, de “uma família de classe média”, cujo pai foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Carlos considera que sua atuação política mais consistente começou quando se aproximou de um coletivo anarquista, a Rede Estudantil Classista Combativa, já na UFG, universidade onde ingressou em 2011. Destaca que o Tarifa Zero de Goiânia e seus consistentes estudos sobre o tema do transporte público reorientaram os protestos contra o aumento das tarifas, em especial em 2013, quando se formou a Frente de Luta contra o Aumento. A Frente realizava reuniões abertas na UFG, sob princípios autonomistas da participação e horizontalidade. Segundo Carlos, quando a UJS percebeu que não conseguiria controlar a Frente, “vazou rapidamente”, deixando ainda mais espaço para a organização largamente autonomista das manifestações. Carlos descreve como a Frente teria elevado “a outro nível a organização”, não apenas deixando de apostar na institucionalidade, mas também no formato tradicional da manifestação pacífica guiada por carro de som em uma faixa da avenida.

Carlos informou que a Frente foi capaz de criar um grande caixa, por meio de um festival musical com ingressos baratos e bandas reconhecidas tocando gratuitamente; esse caixa pagou fianças de ativistas e militantes não apenas em Goiás, mas em outros estados em 2013. A Frente organizou manifestações, em 2013, na forma de comissões. Havia, inclusive, a comissão responsável pela resistência à repressão policial – repressão que, assim como em outras capitais nesse ano, foi muito dura contra as primeiras manifestações, na primeira metade de junho. Entretanto, a grande falha da Frente teria sido a falta de cuidado com a segurança interna, já que pessoas infiltradas coletaram informações que auxiliaram muito na perseguição judicial que ocorreu em maio de 2014 – impedindo a atuação da Frente em novos protestos contra o aumento das tarifas.

A represália judicial levou vários integrantes da Frente para a prisão, inclusive Carlos. A experiência da repressão e da judicialização deixou severas marcas em tais ativistas, segundo Carlos, levando a ca-

sos de depressão, alcoolismo, adicção e até suicídio: “[...] todo mundo que participou de 2013, conheço pouca gente que está saudável da cabeça”. Apesar disso, o grupo de pessoas que atuou na Frente, mesmo com a dissolução do coletivo, manteve-se atuante nas lutas sociais em Goiânia nos anos seguintes, como as greves de docentes e as ocupações secundaristas em 2015/2016.

Ainda na sua graduação, Carlos atuou em um grupo de rádio ativismo e se destacou nas artes gráficas, habilidade muito útil para a confecção dos cartazes da Frente. Segundo ele, sobre a influência das Jornadas em sua vida, “para mim foi tudo”. Sem 2013, teria “seguido uma vida profissional-padrão”. Após formado, trabalhou em mídias tradicionais, mas nunca deixou o ativismo de lado. Atualmente, considera-se um ‘ativista de apoio’, já que continua cedendo a sua arte gráfica a movimentos de esquerda para seus cartazes de diversos movimentos da esquerda. Até mesmo sua atual ocupação de pequeno empresário, dono de um bar, traz esse legado: o estabelecimento tem uma vertente cultural e é ponto de encontro de militantes progressistas.

Honestino tem 28 anos, é preto e casado. Cursa Direito em instituição superior privada com bolsa pelo Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Atualmente, tem cargo comissionado na administração municipal de Goiânia. De origem popular, com pai pedreiro e mãe faxineira, em 2013 cursava o Ensino Médio em escola pública da periferia de Goiânia. Sua atuação política se iniciou em 2008, quando participou de etapas da Conferência Nacional de Educação e ingressou na Juventude do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 2012, participou do Congresso da União Goiana dos Estudantes Secundaristas e foi eleito seu vice-presidente, ascendendo em 2013 à presidência, quando já tinha migrado para a UJS: “e aí a gente estava no olho do furacão”. Estudantes do Ensino Médio, as e os secundaristas, teriam dado os primeiros passos na luta contra o aumento das tarifas de 2013, “até que a gente foi abraçado pelos universitários, principalmente da UFG”, que apresentaram uma forma de manifestação “mais combativa”, para além das tradicionais e pacíficas marchas. Mesmo sem ser nomeada, a Frente aparece efetivamente como protagonista das Jornadas nesse momento. Entretanto, a seguir, Honestino associa o rechaço dos partidos e das entidades estudantis “por anarquistas” ao clima “apartidário e antipolítico” da fase massiva das Jornadas, na segunda metade de junho de 2013, quando bandeiras de partidos e até de grêmios estudantis foram arrancadas das mãos de estudantes e rasgadas por parte da multidão. Revelando sua formação política, Honestino destaca repetidas vezes a importância da “organização” para a mobilização popular e estudantil: “se não for pelo viés político, não avança”. Outro elemento revelador foi a importância do apoio financeiro por sindicatos e parlamentares para as entidades estudantis em suas lutas – forma clássica de financiamento, em contraste com a forma como a Frente conseguiu criar o seu caixa (via festival musical).

Como parte de sua tarefa política, Honestino se transferiu em 2013 para escola pública prestigiosa no centro de Goiânia, onde não se adaptou, tendo deixado de concluir o seu 3o ano do Ensino Médio. Obteve seu diploma de Ensino Médio via Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) em 2015. Ingressou respectivamente nos cursos de Ciências Sociais e Engenharia Florestal, sem ter concluído, enquanto migrava para o movimento estudantil universitário, tendo inclusive presidido a União Estadual dos Estudantes (UEE) de Goiás, já filiado ao PCdoB. Entretanto, em 2019, saiu do PCdoB. Segundo Honestino, o PCdoB, “assim como os demais partidos ideológicos”, exceto o PT, “são minúsculos” e, portanto, incapazes de fornecer carreiras políticas na forma de cargos eletivos ou por indicação para grande parte de suas e seus integrantes. Retornou ao PDT, abraçando um novo projeto político e pessoal: “Eu vinha anulando a minha vida pessoal [...] por um sonho de uma militância, de um ideal de uma sociedade [...] e daí chegou um momento em que eu tive de optar por dar um tempo para consolidar minha família”. Apoiou a candidatura de sua esposa para deputada federal pelo PDT, que não foi eleita, mas com isso se aproximou de um grupo político desse partido que é forte em Goiás, o que lhe valeu a indicação para o cargo comissionado que hoje ocupa em Goiânia.

Carlos e Honestino têm marcadores sociais que não são exclusivos dos seus grupos políticos, ou seja, não há apenas estudantes da educação superior de classe média entre jovens autonomistas, nem apenas estudantes do Ensino Médio de camadas populares entre jovens socialistas. A rigor, a insistente trajetória de Honestino na política – seja ela institucional, seja ela em ações coletivas – nos parece algo menos comum entre jovens populares, considerando os dados de nossas pesquisas e o fato de que jovens de classe média têm mais possibilidades de conversão de capitais econômicos, culturais e mesmo políticos para o investimento em suas carreiras militantes ao longo da vida adulta. Tal dado é relevante para verificar o quanto jovens como Honestino conseguiram manter ou não trajetórias políticas, seja como militantes, seja como ocupantes de cargos institucionais, após as Jornadas de 2013.

Os modelos de trajetória construídos focam os repertórios de contestação nos quais nossos depoentes efetuaram suas formações políticas mais consistentes: autonomismo em Carlos; socialismo em Honestino. O autonomismo levou a uma interpretação das Jornadas que valorizou a horizontalidade, a participação pessoal, a combatividade e a negação da institucionalidade neste ciclo de protestos. O socialismo, por sua vez, levou a uma interpretação que buscou resgatar a importância da “organização” para a mobilização – valorizando a forma de partido e as entidades estudantis clássicas –, ainda que se tenha valorizado o espírito de enfrentamento oriundo do movimento universitário (ou seja, da Frente), mas concluindo com a necessidade de levar as demandas dos movimentos para a institucionalidade, constituindo políticas e elegendo representantes. Carlos narra as agruras da repressão e da perseguição judicial, que afetaram sua vida

profissional e pessoal durante vários anos, deixando traumas nele e nas demais pessoas que estiveram ao seu lado na Frente. A trajetória de Honestino representa certo ocaso do repertório autonomista nos anos seguintes, ainda que com fôlego suficiente para influenciar e municiar lutas sociais mais próximas no tempo, como as ocupações secundaristas de 2015 e 2016. Honestino descreve o cercamento dos espaços institucionais na esquerda socialista partidária, esquerda que, apesar disso, sobreviveu após os anos de crescimento da extrema direita e da própria pandemia da Covid-19. Esta esquerda manteve-se como um instrumento muito relevante para quem deseja continuar atuante politicamente, tendo levado diversas pessoas a migrar da posição de independentes e até mesmo de autonomistas para os partidos socialistas – apesar de não ter sido o caso de Carlos e da maioria de suas e seus colegas da Frente, nem mesmo o de Honestino, que precisou migrar para um grupo político distante do polo socialista do qual ele fazia parte.

Os exemplos ajudam a criar dois modelos de trajetória política de jovens ativistas e militantes na década de 2010. É verdade que ambos os exemplos, de Carlos e Honestino, não se enquadram totalmente nos modelos que ajudaram a criar. Mas isso não invalida o esforço intelectual, já que o objetivo é, na esteira da proposta de Max Weber (1979) da criação de tipos-ideais, construir categorias de análise que serão cotejados com os dados empíricos.

Assim, temos, primeiro, o modelo da trajetória política oriunda de fontes distintas das dos partidos tradicionais de esquerda (e do seu repertório socialista); entre estas fontes, destaca-se o autonomismo, mas também existem as e os “independentes” e, como temos encontrado na pesquisa sobre as Jornadas de 2013, movimentos territoriais (contra as remoções forçadas pelas obras para a Copa do Mundo e contra a violência policial nas comunidades cariocas). As pessoas formadas politicamente por estas fontes se encontraram, nos anos seguintes, em certa solidão de espaços de atuação, inclusive pela severa repressão e perseguição judicial. Os medos e traumas oriundos da repressão e judicialização levou muitas destas pessoas à opção de repolitizar práticas cotidianas, como os estudos (incluindo projetos de extensão universitária), o trabalho, a cultura e a própria vida pessoal.

No segundo modelo, a trajetória de quem se formou politicamente dentro do repertório socialista encontrou, nos anos finais da década passada, uma série de dificuldades relativas à própria crise de legitimidade desse campo. Entretanto, o campo socialista, inclusive o Campo Popular, conseguiu se manter ativo e servir como espaço institucional para as pessoas que, a despeito daquelas dificuldades, se empenharam em manter a atuação política, seja ela na forma militante (nas lutas sociais), seja ela na forma da institucionalidade (via cargos eletivos ou por nomeação).

Considerações Finais

As entrevistas com jovens atuantes em coletivos da universidade, entre 2016 e 2019 e nas ocupações de 2015 e 2016, levaram à cons-

tatação do quanto estes movimentos juvenis e estudantis foram alimentados pelo repertório de contestação autonomista, com valores como: a desconfiança para com estruturas tradicionais de partidos e outras organizações institucionais oficiais; um ímpeto antissistêmico; certo gosto pela organização do tipo *coletivos* e valores como autonomia, horizontalidade, ausência de lideranças formais, ação direta, fluidez, pré-figuração e envolvimento pessoal. Entretanto, estas mesmas pesquisas demonstraram as dificuldades de um grupo relativamente grande de adolescentes e jovens, em especial de origens populares, em permanecer no ativismo e na militância após 2016.

As três pesquisas têm demonstrado a importância das assim chamadas pautas identitárias, que deveriam ser chamadas de pautas existenciais, pois se referem a elementos ontológicos considerados fundamentais por tais jovens: as questões de gênero e o feminismo; a orientação sexual, a afetividade e o movimento LGBTQIAPN+; as questões raciais e o movimento negro. Estas pautas são centrais para a maioria das e dos jovens que participaram das organizações e ações coletivas que pesquisamos. A pesquisa sobre as Jornadas de 2013 tem indicado o quanto o movimento negro se fortaleceu a partir de 2013. Podemos até concluir sobre o enfraquecimento relativo de organizações políticas de esquerda fora do Campo Popular, em especial as autonomistas, mas não é possível dizer o mesmo dos movimentos negros. Isso se constata, inclusive, pelo número relevante de parlamentares negras e negros que iniciaram ou fortaleceram sua atuação política em 2013, eleitas e eleitos, em diversos casos, sob o formato inovador dos mandatos coletivos, outra prática crescente nos últimos anos.

Ao final, o artigo apresentou, na forma de categorias de análise inspiradas na construção de tipos ideais, dois modelos de trajetórias políticas da unidade de geração juvenil progressista dos anos 2010. Cada modelo deriva da formação e atuação política vivenciada em um dado repertório de contestação: o autonomista e o socialista. Entretanto, há de se considerar outras fontes de formação e atuação política nos anos 2010, como os *independentes* (normalmente mais afeitos e afeitos às práticas autonomistas) e os movimentos territoriais (como o de comunidades cariocas que sofrem a violência policial e os de bairros populares afetados pelas obras para a Copa do Mundo). Segundo as entrevistas para as Jornadas de 2013, jovens que se formam nestas outras fontes tendem a uma trajetória semelhante às de jovens que vieram do campo autonomista.

No modelo autonomista, jovens vão encontrando dificuldades de continuar sua atuação política, pelo esvaziamento dos seus coletivos e pela intensa repressão e judicialização que se abateu contra elas e eles. Tais jovens ainda buscam participar de ações coletivas, mas tendem a evitar a institucionalidade. Na entrada de suas vidas adultas, procuram ressignificar o ativismo político. Suas vidas cotidianas são, assim, repolitizadas, por suas atuações em espaços como as artes, o trabalho, os estudos e até mesmo as relações privadas. No modelo socialista, jovens encontram dificuldades semelhantes, pela perda de

legitimidade dos partidos e organizações do campo político socialista, mas tais instituições sobrevivem e se tornam importante lastro para a atuação de parte relevante de tais jovens, mesmo não absorvendo a totalidade desta juventude. Tais jovens, no início da adultez, mantêm a atuação política, via institucionalidade, com cargos eletivos ou por indicação.

Estes modelos se constituem como construções teóricas ou tipo ideais que oferecem boas perspectivas para a análise de dados empíricos sobre trajetórias políticas de jovens ativistas e militantes. Espera-se que sejam categorias relevantes para a compreensão das efetivas trajetórias desta unidade juvenil progressista, que permanece, no início de suas vidas adultas, nos termos de Karl Mannheim (1968), como importante fonte de renovação social, em sua atuação efetiva (na trajetória de socialistas), ou como força latente (na trajetória de autonomistas).

Recebido em 25 de setembro de 2024

Aprovado em 05 de agosto de 2025

Notas

- 1 Agradeço pelo financiamento das pesquisas, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).
- 2 Unidade geracional é um conceito elaborado por Karl Mannheim (1982) que descreve a possibilidade de que, dentro de uma geração juvenil, diferentes concepções, valores e engajamentos se constituam. Ou seja, uma mesma geração juvenil pode constituir uma unidade de geração progressista e outra conservadora ou mesmo reacionária.
- 3 Agradeço à Gislene Silva, minha orientanda de mestrado em Educação na UNIFAL-MG, por ter trazido à pesquisa os termos “militância pela vida” e “sofrimento carnal”.
- 4 Agradeço a Luiz Carlos Felizardo Jr. por ter recomendado o termo “solidão” no lugar do original “orfandade”.

Referências

- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new brazilian protests. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/blar.12470>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>. Acesso em 10 maio 2022.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. Razões e significados de uma distinção política, 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- GINZEL, Flávia. **A insurgência da crítica e a crítica da insurgência** – resistência, autonomia e desafios pós-ocupações secundaristas. 2024. 220 f. Tese (Dou-

torado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2024.

GROPPO, Luís A. et al. Interpretações das dimensões educacionais das Jornadas de 2013: debates, sentidos e legados. In: **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 22, 2024. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2837>

GROPPO, Luís Antonio; SALLAS, Ana Luísa Fayet; SOFIATI, Flávio Munhoz. (orgs.). **A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016**. Curitiba: CRV, 2022, p. 95-120.

GROPPO, Luís Antonio; SILVA, Gislene. A participação de jovens negras e negros nos movimentos secundaristas de 2015 e 2016 no Brasil. In: GROPPPO, Luís Antonio; SALLAS, Ana Luísa Fayet; SOFIATI, Flávio Munhoz. (orgs.). **A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016**. Curitiba: CRV, 2022a, p. 121-150.

GROPPO, Luís Antonio; SILVA, Gislene. Jovens LGBTQIA+ e as ocupações estudantis de 2015 e 2016: pautas, experiências e subjetivação política. In: GROPPPO, Luís Antonio; SALLAS, Ana Luísa Fayet; SOFIATI, Flávio Munhoz. (orgs.). **A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016**. Curitiba: CRV, 2022b, p. 95-120.

GROPPO, Luís Antonio; OLIVEIRA, Mara Aline. Ocupações secundaristas em Minas Gerais: subjetivação política e trajetórias. **Educação & Sociedade**, v. 42, e240770, 2021. <https://doi.org/10.1590/ES.240770>

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982. P. 67-95.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude**. Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. P. 69-93.

NAIBO, Gerson Junior; SIMÕES, Willian. Ocupações secundaristas e subversão da identidade de gênero no oeste catarinense. In: GROPPPO, Luís Antonio; SALLAS, Ana Luísa Fayet; SOFIATI, Flávio Munhoz. (orgs.). **A presença da felicidade: ocupações estudantis no Brasil em 2015 e 2016**. Curitiba: CRV, 2022, p. 331-356

NUNES, Paula. Sobre Junho de 2013 e movimento negro contemporâneo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (Org.). **Junho: a rebelião fantasma de 2013**. São Paulo: Boitempo, 2023. P. 37-47.

ORTELLADO, Pablo. Reflections on The Free Fare Movement and Other. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 110-117, 2013. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/17666>. Acesso em 23 jun. 2024.

PEREZ, Olivia Perez. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Opinião Pública**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577>. Acesso em: 10 maio 2024.

SPOSITO, Marília Pontes; ALMEIDA, Elmir de; CORROCHANO, Maria Carla. Jovens em movimento: mapas plurais, conexões e tendências na configuração das práticas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e228732, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.228732>. Acesso em: 10 maio 2023.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 3, p. 133-160, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677>. Acesso em: 23 jun. 2024.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). **Weber. Sociologia**, Col. Grandes Cientistas Sociais –13, São Paulo: Ática, 1979. P. 79-127.

Luís Antonio Grosso é professor da Universidade Federal de Alenas (UNIFAL-MG), pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0143-5167>

E-mail: luis.grosso@gmail.com

Disponibilidade dos dados da pesquisa: o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está publicado no próprio artigo.

Editora responsável: Elizabeth Macedo

